

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

GLOBALIZAÇÃO E PRAGMATISMO: REFERÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS PARA AS
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO BRASIL

Fabricio Leal de Oliveira (ETTERN/IPPUR/UFRJ e PCRJ)

Globalização e pragmatismo: referências contemporâneas para as administrações públicas municipais no Brasil

Resumo

O processo de difusão recente no Brasil de novas práticas de planejamento e gestão das cidades apóia-se em um conjunto de referências que lhe dão legitimidade e sustentação política. Este trabalho apresenta para discussão duas dessas referências: a primeira se refere à relação entre cidade, poder local e processo de globalização; a segunda remete às teorizações sobre a modernidade e a pós-modernidade como perspectivas de entendimento das mudanças do mundo contemporâneo. A consagração do critério da performatividade e a eleição da eficiência e da eficácia como normas exclusivas para a administração municipal se constituiriam em fundamentos nos quais se apóiam os discursos e práticas que têm como norma a inserção competitiva das cidades no mundo globalizado e que orientariam uma parte significativa das políticas das administrações públicas municipais. Assim, haveria uma base normativa fundada em uma nova percepção do mundo que prescindia de outras ordens de justificação além daquela que possibilitaria o controle do contexto e, portanto, dos resultados.

Globalização e pragmatismo: referências contemporâneas para as administrações públicas municipais no Brasil

O processo de difusão recente no Brasil de novas práticas de planejamento e gestão das cidades e sua relação com a difusão de um receituário global para as cidades apóia-se em um conjunto de referências que lhe dão legitimidade e sustentação política.

Este trabalho apresenta para discussão duas dessas referências: a primeira se refere à relação entre cidade, poder local e processo de globalização; a segunda remete às teorizações sobre a modernidade e a pós-modernidade como perspectivas de entendimento das mudanças do mundo contemporâneo.

Largamente debatida nos últimos anos, a defesa da inserção competitiva das cidades no mundo globalizado é, ainda hoje, a principal referência de muitos prefeitos e administradores públicos para a definição das prioridades de governo, apesar dos discursos oficiais favoráveis à inclusão social e à elaboração de planos diretores participativos. Por outro lado, mais disseminada no meio acadêmico, uma discussão sobre o sentido das mudanças profundas que ocorreram nos últimos trinta anos – tanto no processo de produção como nas formas de percepção do mundo – oferece justificativa e argumentos para os mais diferentes cursos de ação na política urbana.

As cidades no processo de globalização

A maioria dos documentos produzidos diretamente ou com o apoio de agências multilaterais, os textos de consultores como Jorge Wilhelm, Nuno Portas, Jordi Borja e Manuel de Forn, assim como livros de autores como Manuel Castells costumam enfatizar que o mundo é cada vez mais urbano e que as cidades são as grandes protagonistas do mundo contemporâneo globalizado. Não é incomum, por exemplo, que os textos sobre as cidades na virada do século comecem com uma exposição mais ou menos extensiva de dados estatísticos que mostram como a população mundial é cada vez mais urbana, como se a mera demonstração dos dados fosse suficiente para dar conta das implicações resultantes das inúmeras possibilidades de classificação do que se considera urbano ou rural, assim como das relações entre essas duas (urbano e rural) entidades ou, ainda, entre cidade e região. Também ainda são recorrentes as remissões aos diversos livros de Saskia Sassen ou Manuel Castells – ou de alguns de seus replicadores - sobre a economia global e a importância das grandes

cidades como centros de coordenação, controle e prestação de serviços para o capital global ou sobre a economia de uma sociedade “em rede”, que teriam nas cidades uma *“rede global de lugares estratégicos que emergem em uma nova geografia de centralidades”* (Sassen, 1999).

Enquanto, para Sassen, o principal é que a globalização e as tecnologias de informação e comunicação conformariam o novo padrão locacional das empresas pertencentes a ramos altamente competitivos e inovadores que se beneficiariam de uma localização no núcleo dos grandes centros internacionais de negócios, para Castells (1999), não apenas as empresas, mas a própria sociedade e a economia estariam organizadas em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação. Meios de inovação fundamentais para o desenvolvimento da tecnologia de informação, as cidades grandes – e também configurações espaciais específicas como o Silycon Valley, por exemplo -, com sua capacidade de gerar sinergias, concentrariam nós privilegiados de empresas que passam a atuar segundo o novo paradigma organizacional (“em rede”) que surge e é consolidado com a revolução da tecnologia da informação.

Para Borja e Castells, em uma sociedade onde o global condicionaria o local, a possibilidade de articulação de processos sociais à distância proporcionada pela revolução tecnológica informacional traria em si o risco de um possível desaparecimento das cidades como forma territorial de organização social e o surgimento de uma *“urbanização generalizada”* (1997: 11-12) organizada em torno de *“centros direcionais, tecnológicos e residenciais de elite”*. A diferença entre *cidade* e *urbanização* proposta pelos autores se daria essencialmente no plano político: enquanto a *urbanização* se referiria à *“articulação espacial, contínua ou descontínua, de população e atividades”* fragmentada em indivíduos e unidades familiares que competem entre si por não terem um denominador cultural comum aglutinador (1997: 13-16), a *cidade* implicaria, sobretudo, em *“um sistema específico de relações sociais, de cultura e, sobretudo, de instituições políticas de autogoverno”* (1997: 13) e na possibilidade de construção de uma relação dinâmica e criativa entre o local e o global. Para Castells e Borja, o reforço da dimensão da cidade representa o reforço da possibilidade da realização da política - que teria no local a sua dimensão privilegiada – e, conseqüentemente, o reforço da possibilidade de uma articulação mais eficaz e equitativa entre o novo sistema global e a pluralidade de interesses sociais e culturais que seriam melhor representados pelo poder local.

Borja e Castells sugerem ainda que a forma espacial da ocupação espalhada - associada ao que chamam de *urbanização* - não permite a realização de política da mesma forma que a

forma espacial da antiga cidade européia, de ocupação densa e compacta, que proporcionaria uma maior convivência física das pessoas e atividades, determinismo físico que não deixa muita saída para a maior parte das cidades brasileiras que se desenvolvem em direção às periferias segundo a lógica da incorporação imobiliária legal e da produção de moradia ilegal nas áreas frágeis ou desprovidas de equipamentos e serviços adequados.

Na verdade, a aparente politização do local desses autores não abrange a discussão e análise das limitações das determinações econômicas, apenas as constata como referências historicamente constituídas e irreversíveis. Ao invés de fatalidade econômica, entretanto, Bourdieu (1998, 2001) aponta o processo de constituição da idéia de globalização, como a constituição de um mito com força social, no sentido de um discurso performativo que torna real aquilo que enuncia (Bourdieu, 1998):

“Tudo o que se descreve sob o nome ao mesmo tempo descritivo e normativo de “globalização” é efeito não de uma fatalidade econômica, mas de uma política consciente e deliberada, mas o mais das vezes inconsciente de suas conseqüências. Totalmente paradoxal, uma vez que se trata de uma política da despolitização, essa política que bebe desavergonhadamente no léxico da liberdade, do liberalismo, da liberalização, da desregulamentação visa conferir um domínio fatal aos determinismos econômicos, liberando-os de todo controle, e submeter os governos e os cidadãos às forças econômicas e sociais assim ‘liberadas’” (Bourdieu, 2001: 60).

Certamente a referência de Castells e Borja às cidades-estado européias dos séculos XIV a XVI (1997: 14) como exemplo de integração positiva entre global e local não é gratuita e resume também sua pouca fé na escala nacional. Para os autores, eram

“os governos locais (municipais ou regionais) os que, sem cair no protecionismo comercial, podem contribuir mais eficazmente para melhorar as condições de produção e de competição das empresas, das quais depende, em última instância, o bem-estar da sociedade local” (Borja e Castells, 1997: 15).

O reforço da cidade e do local permitiria a manutenção da identidade em um mundo de valores universalistas em expansão e potencializaria um sentimento de pertencimento que aglutinaria a cidade, isto é, os cidadãos, em torno de políticas capazes de enfrentar a maré global, fundamentalmente em função da sua maior *“flexibilidade, adaptabilidade e*

capacidade de manobra em um mundo de fluxos entrelaçados, demandas e ofertas cambiantes e sistemas tecnológicos descentralizados e interativos”(1997: 19). Ou seja, os governos locais simplesmente se *sujeitariam* a esses fluxos com maior rapidez.

Para consultores como Manuel de Forn, Jordi Borja, John Bryson, Nuno Portas e outros, o global é um dado estrutural além da ação, o que os leva a concentrar no local todas as possibilidades de atuação. Mesmo quando discutem a importância das outras escalas, as vêm como externalidades. Naturalizadas, as articulações entre as escalas global e local são defendidas como definitivas para o sucesso ou fracasso de uma cidade.

A construção da escala local como o lugar relevante para a ação – seja o lugar da construção das possibilidades de libertação e transformação ou, à moda de Borja e Castells, o lugar de construção das estratégias de integração na economia global -, traz para a companhia de Borja e Castells muitos autores que não compartilham da sua adesão ao modelo globalizado neoliberal.

Nem mesmo autores como José Luiz Fiori– que vê a possibilidade de reconstrução dos Estados periféricos a partir dos poderes locais e *“da reconstrução, a partir de baixo, dos corpos políticos e identidades cidadãs”* (Fiori appud Maricato, 2001: 67) – ou Erminia Maricato (2001) deixaram de considerar o potencial das cidades como campo favorável para uma ação transformadora (Maricato, 2001: 68). Maricato, na verdade, apesar de exaltar o potencial das experiências dos governos municipais democráticos de Porto Alegre e Belém, e as possibilidades abertas pela eleição de candidatos do Partido dos Trabalhadores para grandes cidades brasileiras em 2000, pontua a necessidade de *“relativizar a autonomia do poder local na solução de problemas estruturais”*(2001: 66) - salientando os limites e a arrogância dos planos estratégicos que pretendem superar crises macroeconômicas pela via da autonomia municipal e construção de supostos consensos locais (2001: 82) - e a necessidade de construir uma *“rede de solidariedade entre os componentes da federação em lugar da competição e da guerra fiscal”* (2001: 68).

Com outro enfoque, Vainer (2001: 16) aponta que *“a relação entre a cidade e a estrutura social não é uma relação passiva, em que a cidade é meramente reflexo das estruturas; ao contrário, a cidade contribui para configurar a estrutura social”*. A cidade não só herdaria como aprofundaria as desigualdades sociais e haveria, portanto, uma *“ampla luta contra a desigualdade que é estritamente urbana e que deve ser travada na esfera local”*.

Já para Milton Santos (2000), a construção da importância (ou da possibilidade política) do local ultrapassa a atuação da administração pública municipal e se apoia nas características do território: a *“vontade de homogeneização é contrariada pelas resistências locais”* (Santos, 2000: 102). Ao *“espaço dos fluxos”*, definido pelas relações em rede dos processos de globalização financeira, se contraporiam espaços *“banais”*, definidos como extensões continuadas, contíguas, que abrigam relações diretas entre pessoas, instituições e empresas, e vivências que se dão dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção (2000: 108-109). Para Santos, essa *“horizontalidade”* dos espaços banais seria muito mais propícia à construção de relações de solidariedade¹ do que a *“verticalidade”* do espaço dos fluxos, veículo de hegemonização da temporalidade e dos valores globais.

Para Hardt e Negri (2001), entretanto, os defensores dos movimentos baseados em lugares (concebidos como identidade ou território) contra o espaço homogêneo e indiferenciado das redes globais se apoiam em uma falsa dicotomia entre o global e o local, como se as diferenças de local fossem *“naturais”* e precisassem ser defendidas ou protegidas da intrusão da globalização (Hardt e Negri, 2001: 63-64). Ao contrário, a tese de Hardt e Negri - e que fundamenta sua noção de *“Império”*² - é que simplesmente não existe mais nada *fora* e autônomo dos fluxos globais. O inimigo, para Hardt e Negri (2001: 64), não é a globalização das relações como tal, mas uma nova forma global de soberania - o Império - que tem como objeto toda a vida social. As possibilidades de libertação viriam necessariamente da organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais a partir de processos - que inclusive já estariam em curso - de produção da subjetividade que recusasse a ordem hegemônica e construísse um novo poder constituinte³ em oposição ao poder constituído do Império.

Já para Fiori (2001: 63), não se trataria de uma soberania global, sem endereço, mas de um império *americano* cujo poder *“apóia-se no controle das estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas de alcance global”*. Segundo este autor,

“a aparente ateritorialidade e a inexistência de contestação levam muitos analistas a pensar que se trate de um império em redes que chegou para ficar (...) [contudo] a organização em redes envolve contradições e limites que poderão erodir o poder deste império, no longo prazo”(Fiori, 2001: 63).

A crítica de Fiori, entretanto, para não ser injusta, deveria caber muito mais a Castells do que a Hardt e Negri, como a utilização da palavra “império” parece sugerir. Apesar de Hardt, Negri e Castells concordarem quanto à permanência da organização em rede como forma de realização da produção e da comunicação, qualquer outra semelhança termina aqui. Para Hardt e Negri, a estrutura do poder constituído mundial não impossibilita, ao contrário, contém em si a afirmação de possibilidades de transformação de forma muito mais radical do que a exposta pelo próprio Fiori. Já Castells nada mais faz do que propor soluções aparentemente amenizadoras dos efeitos negativos da globalização, enquanto defende medidas de ajuste nas economias dos países e nas políticas urbanas municipais que agravam ainda mais as desigualdades e os efeitos da globalização financeira e da difusão do ideário neoliberal.

Para Milton Santos - e aqui ele se aproxima de Fiori -, entretanto, o problema é exatamente considerar a globalização como uma fatalidade que se impõe sobre todos os territórios nacionais (Santos, 2000). A soberania global não seria um dado natural, mas uma forma de dominação que precisa ser construída no contexto nacional, uma vez que o Estado nacional ainda deteria o monopólio das normas “*sem as quais os poderosos fatos externos perdem eficácia*” (Santos, 2000: 76-77). Como o território não seria um dado neutro, nem ator passivo frente à ação do capital internacional, haveria a possibilidade de constituição de um projeto nacional a partir da constituição de uma federação de lugares, que refizesse a federação brasileira de baixo para cima (como também sugere Fiori) ao contrário da subordinação total atual aos processos de globalização. Não se trataria, pois, como querem Castells e Borja, de deixar ao poder local a tarefa de adaptação do território às necessidades dos capitais globalizados – entre elas a necessidade de fluidez – e de produção de políticas compensatórias de alívio da pobreza. Tampouco, como querem Hardt e Negri, de descartar a escala nacional como instância de possibilidade de construção da política.

O próprio Castells reveria mais tarde as suas ênfases (Castells, 1999), destacando o papel dos Estados nacionais na promoção da competitividade através do investimento na potencialização de meios de inovação. Castells chega mesmo a formular uma receita para os Estados nacionais, enfatizando a necessidade do ajuste estrutural neoliberal no nível nacional como condição primeira para a inserção privilegiada na economia global:

“Na nova economia global, se quiserem aumentar riqueza e poder, os Estados têm de entrar na arena da concorrência internacional, direcionando suas políticas para o aumento da competitividade coletiva

das empresas sob sua jurisdição, bem como da qualidade dos fatores de produção em seus territórios. Desregulamentação e privatização podem ser elementos da estratégia desenvolvimentista dos Estados, mas seu impacto no crescimento econômico dependerá do conteúdo real dessas medidas e de sua conexão com estratégias de intervenção positiva, tais como políticas tecnológicas e educacionais que aumentem os recursos e talentos do país no âmbito da produção informacional” (Castells, 1999: 108).

Para Swyngedouw (1997), contudo, a escala não seria um dado ontológico, nem uma estratégia neutra na construção das narrativas. A adoção das escalas local, nacional ou global como campo de discussão e de ação beneficiariam determinados atores em detrimento de outros, deslocando para o apropriado campo de poder as questões em jogo. A questão pertinente seria quem controla qual escala, como as questões são deslocadas de uma escala para a outra, como cada uma das escalas pode ser transformada, ampliada, diminuída e quais os mecanismos de transformação e transgressão escalar através do conflito e da luta social.

Segundo Vainer (2001: 13), a questão chave na construção da política e de sujeitos políticos coletivos seria como implementar estratégias analíticas e políticas *transescalares*, pois “*o entendimento de que os processos econômicos, políticos, sociais, culturais têm dimensões escalares não pode conduzir à reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processos*”. As escalas se tornam a arena de disputa onde as lutas são travadas sobre o direito de posicionar as políticas de acordo com a capacidade de ação – em cada escala, que é construída neste campo – dos agentes. Escolher uma escala seria “*quase sempre, escolher um determinado sujeito, tanto quanto um determinado modo e campo de confrontação*” (Vainer, 2001: 14).

Por outro lado, a análise das previsões inexoráveis não pode considerar da mesma maneira e sob a mesma perspectiva previsões conservadoras - o futuro é o prolongamento do presente - ou revolucionárias - onde são projetados descontinuidades e futuros alternativos. Não se trata de defender a possibilidade de construção de um destino alternativo a partir da construção de outros fatalismos além do fatalismo do pensamento neoliberal, ou de defender a instauração de outros processos que limitam a ação e aprisionam o pensamento, mas de reconhecer que as projeções emancipadoras - como as de Karl Marx, Milton Santos e Hardt e Negri⁴, a partir de fundamentos distintos -, que transferem potências e possibilidades/imanências/latências de poder para as classes e os homens e mulheres mais

destituídos de poder, colaboram para a construção de vetores correspondentes a futuros alternativos ao projetado pelo poder constituído, o qual é insistentemente e sistematicamente reafirmado em todos os meios de exercício do poder, especialmente a mídia. A leitura economicista específica - porque empobrecida das suas dimensões sociais (Bourdieu, 1998:44) - da realidade mundial, que apresenta a globalização da economia como desvinculada das representações sociais e das opções dos sujeitos individuais e coletivos, impõe uma espécie de “realismo” que limita de forma total as possibilidades de ação e de pensamento às variedades mais ou menos originais de integração no mundo global. Nesta última visão, o futuro seria, em parte, conhecido, porque inscrito no presente.

Nestes termos, a projeção de permanência da globalização neoliberal poderia ser vista também como produção ideológica da ordem estabelecida como uma ordem natural, uma vez que favorece que interesses particulares das classes dominantes orientem a produção de normas universais (Bourdieu, 1989: 13). Entretanto, as possibilidades de descontinuidade no futuro estão evidenciadas nas rupturas e revoluções realizadas no passado – como, por exemplo, o surgimento do capitalismo -, muito embora as forças e os agentes que instituíram essas mudanças tenham passado imediatamente a buscar neutralizar a potência do ato (o poder constituinte) através da instauração de uma nova ordem/poder constituída (Hardt e Negri, 2000; Negri, 2001), com novas relações de dominação e novas crises a serem resolvidas.

Enfim, seja por meio da aceitação da inevitabilidade da inserção subordinada no circuito global, seja por meio de posicionamentos críticos, o processo de globalização assume centralidade na discussão sobre as cidades.

As políticas urbanas operadas pelas administrações municipais não têm como referente apenas a cidade, mas suas relações com o processo de globalização, seja por meio de formulação de políticas, programas e projetos que buscam a articulação dos processos urbanos com os fluxos globais, seja por meio da implementação de políticas compensatórias que buscam o alívio de uma pobreza que seria estrutural e inevitável, seja, ao contrário, pela promoção de medidas voltadas para a construção de sujeitos políticos capazes de propor alternativas à integração subordinada ao sistema mundial. É também a afirmação ou negação da globalização como processo inevitável e irreversível que freqüentemente está em jogo quando, aparentemente, se discute apenas sobre as cidades. Seja o processo de globalização apresentado como um produto da revolução da tecnologia da informação que se manifesta através da organização em rede da sociedade, como quer Castells, seja ele entendido como parte do processo de construção de uma soberania global que regula as permutas globais, de

acordo com Hardt e Negri, ou representado como a construção de uma inteligência geral a partir da imposição das lógicas das grandes empresas internacionais e dos organismos financeiros internacionais, como sustenta Milton Santos, ou como processo de ampliação da dominação americana (Fiori, 2001) ou, ainda, como diz Pierre Bourdieu (1998: 53), um mito justificador contra o *welfare state* e um processo de unificação real dos mercados financeiros.

As cidades na pós-modernidade

No que se refere às cidades e às transformações contemporâneas no planejamento urbano e na administração pública, há também um outro eixo de discussão, um outro campo onde se constrói/desconstrói a legitimação da crença no mito da inexorabilidade da globalização neoliberal, assim como a legitimação de um planejamento urbano que privilegia, em seu processo de elaboração, os atores capazes de garantir a eficácia da ação em detrimento daqueles que exigiriam mudanças maiores e mais profundas e, portanto, de longo prazo. Essa outra perspectiva, que discute as transformações do mundo nos últimos trinta anos a partir das noções de “modernidade” e “pós-modernidade”, aborda desde a possibilidade de crise dos paradigmas que têm orientado a produção da ciência e da arte, até uma nova forma de estruturação da percepção e do sentimento do homem em relação ao mundo da vida cotidiana.

Embora os sentidos de modernidade e de pós-modernidade sejam disputados por autores com diferentes visões ou projetos de mundo, a maior parte dos teóricos que tratam do tema referem-no em conjugação com a reestruturação produtiva realizada entre o final dos anos 60 e o início dos anos 70⁵. A mudança do regime de acumulação e a revolução da tecnologia da informação e comunicação teria sido acompanhado por uma profunda transformação na cultura e na maneira de compreender e perceber o mundo que é recuperada das formas mais diversas, seja como superação da modernidade, como regresso aos valores tradicionais pré-modernos, como radicalização da modernidade, como uma nova lógica cultural agora inerente ao capitalismo contemporâneo (Jameson, 1997) ou, ainda, como incredulidade diante das metanarrativas - amplos esquemas interpretativos ou grandes explicações sobre o mundo.

Quer como mudança já realizada de paradigma, quer como crise e possibilidade de construção de um novo paradigma, a percepção de uma mudança de estado, uma mudança de “condição”, perpassou todas as disciplinas, com grandes conseqüências para o planejamento das cidades, como veremos mais tarde. Essa nova condição viria a ser nomeada por vários autores como *pós-moderna*, não sem críticas ou questionamentos⁶.

Ao contrário da afirmação das idéias de totalidade, de universalidade e dessacralização do mundo que haviam marcado a modernidade - uma nova consciência de época que enfatizava mais a inovação do que o mero transcorrer do tempo, marcando uma ruptura com a tradição e o período pré-moderno -, o pós-modernismo enfatizaria as *“fragmentárias e caóticas correntes de mudança”* (Harvey, 1992: 49) e diria respeito ao surgimento de novas sensibilidades e de novas maneiras de experienciar o espaço e o tempo, onde o presente é requalificado em relação ao futuro, havendo uma perda de “temporalidade” com uma perda paralela de profundidade. Ao contrário, a modernidade seria o eterno recomeçar do novo progresso, o presente como transição do novo *vir-a-ser* (Harvey, 1992).

Para os críticos dos autores que viam potências libertadoras no pós-modernismo, a incredulidade frente às metanarrativas e a recusa à noção de “totalidade” acabaria por culminar em um relativismo que tenderia a desqualificar qualquer aspiração de coerência na ação, tornando o pragmatismo *“a única filosofia de ação possível”* (Harvey, 1992: 55).

Segundo a ênfase de Jameson (1997), a pós-modernidade representa o momento em que o capitalismo passa a dominar todas as esferas do mundo social e onde a cultura global passa a ser veículo e expressão de uma nova era de dominação militar e econômica dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. A nova norma cultural é interpretada e sentida como um esvaziamento da dimensão do tempo e como uma espécie de banalização do mundo, exatamente como concordava Harvey.

Hardt e Negri (2000) concordam explicitamente com Harvey e Jameson quando eles *“vêem a pós-modernidade como uma nova fase de acumulação capitalista e comodificação que acompanha a realização contemporânea do mercado mundial”* (Hardt e Negri, 2000: 172), mas, no mais, sua abordagem é completamente diferente. Para Hardt e Negri, de fato, a crítica dos teóricos pós-modernos ou modernos à modernidade se dá completamente fora do contexto.

Para começar, Hardt e Negri não se referem a uma, mas a duas modernidades e não recuperam positivamente a razão iluminista do final do Século XVIII (como Harvey, Habermas e outros), mas um período entre os séculos XIII e XVI e o que chamariam de *“descoberta do plano revolucionário de imanência”*, quando o conhecimento tornou-se *“a afirmação dos poderes deste mundo”* e *“uma prática de transformar a natureza”* (Hardt e Negri, 2000: 89, 91). Depois que esse primeiro modo de modernidade rompe com o passado e coloca a humanidade no centro da História, um segundo modo de modernidade – uma

contra-revolução cultural, filosófica, social e política – conquista a hegemonia buscando dominar as forças emergentes e estabelecer uma ordem capaz de neutralizar o poder da revolução e reestabelecer “*ideologias de comando e autoridade, e assim exhibir um novo poder transcendente jogando com a ansiedade e o medo das massas, seu desejo de reduzir as incertezas da vida e aumentar a segurança*” (idem: 93). A gênese da modernidade nasceria da crise entre esses dois modos: um conhecimento baseado no homem e no seu desejo de emancipação que desafiou a velha ordem estabelecida e um movimento de restauração da ordem e do poder constituído sob as novas bases filosóficas.

De fato, segundo as categorias de Hardt e Negri, as críticas à modernidade se concentram no segundo modo e não no primeiro. Não é o desejo de emancipação e libertação do homem de razões transcendentes que é criticado, mas o positivismo, o funcionalismo e o utilitarismo que se busca impor como a única razão possível na modernidade.

Para estes autores, as críticas dos teóricos pós-modernistas deveriam ser dirigidas não à modernidade em geral, mas à soberania moderna do Estado-nação capitalista (ou aos totalitarismos dos Estados-nação modernos) que teria consolidado a hegemonia do segundo modo de modernidade. A questão, entretanto, é que, para Hardt e Negri, essa forma de soberania está em acelerado processo de extinção e já cede hegemonia para a soberania imperial.

Para os autores de *Império*, ao apontar a ruptura com a modernidade, o pensamento pós-modernista se apresentaria como um “sintoma de transição” para a forma de soberania imperial e, ao invés de emancipar, reforçaria os processos de dominação imperial que se manifestam contra qualquer forma de insurgência contra o poder constituído. A crítica pós-moderna ao totalitarismo e a defesa das diferenças contra as estruturas de poder universalizantes estaria se dando em um plano onde ela corre o risco de ser absorvida em sentido contrário, reforçando o domínio das estruturas de poder supranacionais.

O esquema de Hardt e Negri, entretanto, só funciona em seus próprios termos. Quando se referem a um mundo pós-moderno, Hardt e Negri estão se referindo a um mundo onde não cabe mais a referência à soberania do Estado-nação, nem a imperialismos, mas à transição para uma forma nova de soberania que envolve toda a civilização e que busca submeter todos, sem exceção, à sua autoridade. Se, ao contrário, não estamos no plano dos fatalismos e o futuro é aberto a outras formas de soberania ou de estados de liberdade que não abranjam necessariamente todo o mundo, a crítica pós-moderna retomaria seu sentido original e o seu

principal problema voltaria a ser a negação pós-moderna a qualquer possibilidade de interpretação que considere a totalidade do mundo social e à legitimidade das metanarrativas. O que nos leva de volta a Jameson e Harvey e a uma das suas principais referências: Jean-François Lyotard.

Harvey, especialmente, o elege como o principal inimigo, de quem devem ser apontadas as principais incoerências e impropriedades. Poder-se-ia mesmo dizer que Harvey se afirma *em oposição* a Lyotard, chegando ao ponto de dar ao seu livro (*The Condition of Postmodernity*) título semelhante ao que Lyotard dera ao seu estudo sobre a condição do saber nas sociedades contemporâneas desenvolvidas, o já clássico *La Condition Postmoderne*, publicado pela primeira vez em 1979.

Um dos principais equívocos e alvos prediletos que Harvey e Jameson destacam em Lyotard é exatamente a sua referência ao fim da legitimidade das “metanarrativas” (“*narrativas mestras*”, para Jameson, “*amplios esquemas interpretativos*”, para Harvey):

“Simplificando ao extremo, considera-se que o ‘pós-moderno’ é a incredulidade em relação às meta-narrativas” (Lyotard, 1989: 12).

Sobre este ponto específico, enquanto Jameson debocha do que seria “*o retorno imprevisível da narrativa como a narrativa sobre o fim das narrativas*”(Jameson, 1997: 16), Bourdieu se irrita criticando os intelectuais que “*propõem uma variante dita pós-moderna, na verdade ‘radical chic’, da ideologia do fim das ideologias, com a condenação dos grandes relatos ou a denúncia niilista da ciência*”(Bourdieu, 1998: 58).

De fato, como aponta Jameson, o fato de o próprio livro de Lyotard ter se tornado uma referência tão regular já colocaria em risco sua proposição. Além disso, o sucesso no meio acadêmico de livros como *A condição pós-moderna*, de Harvey, *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, de Castells (especialmente o *Volume I: Sociedade em rede*) ou *Império*, de Hard & Negri - todos eles posteriores ao livro clássico de Lyotard e todos eles amplios esquemas interpretativos que tratam, na verdade, de todo o mundo social – termina por dar o golpe de misericórdia na definição de “pós-moderno” de Lyotard, ou, aparentemente, no conteúdo básico da sua análise da pós-modernidade.

Entretanto, a crítica de Lyotard ao paradigma utilitarista e positivista da ciência contemporânea não pode ser acusada da perda de profundidade ou da superficialidade.

O texto de Lyotard, escrito no final dos anos setenta como um relatório sobre o saber nas sociedades mais desenvolvidas, apresentado ao Conselho de Universidades do Governo

do Quebec, tem como hipótese que “o saber muda de estatuto ao mesmo tempo em que as sociedades entram na era dita pós-industrial e as culturas na era dita pós-moderna” (Lyotard, 1989: 15). Para ele, as transformações tecnológicas que incidem sobre a linguagem tiveram um considerável impacto sobre o saber, afetando a pesquisa e a transmissão de conhecimentos:

“O saber não pode passar pelos novos canais e tornar-se operacional senão quando o conhecimento puder ser traduzido em quantidades de informação. Pode-se portanto prever que tudo o que no saber constituído não é traduzível desse modo será abandonado e que a orientação das novas investigações se terá de subordinar à condição de traduzibilidade dos eventuais resultados em linguagem de máquina”(Lyotard, 1989: 17 - 18).

A introdução maciça de um conjunto de técnicas – tornadas essenciais pelas novas tecnologias de informação e comunicação - no saber científico submeteria os critérios de verdade ou de justiça ao critério da performatividade:

[As técnicas] “são inicialmente próteses de órgãos ou de sistemas fisiológicos humanos que têm a função de receber dados ou de agir sobre o contexto. Elas obedecem a um princípio, o da otimização das performances: aumento do output (informações ou modificações obtidas), diminuição do input (energia gasta) para os obter. Trata-se de jogos cuja pertinência não é nem o verdadeiro, nem o justo, nem o belo, etc, mas o eficiente: um “ato” técnico é “bom” quando realiza melhor e/ou quando gasta menos que outro” (Lyotard, 1989: 91).

As críticas de Lyotard ao positivismo da ciência moderna se dão exatamente porque o seu princípio de legitimação - a performatividade - não requer a consideração dos critérios de justiça e verdade. Nesse ambiente, as possibilidades de que uma ordem seja considerada justa aumentariam com as possibilidades que ela tem de ser executada e estas com a performatividade do prescritor, ou o poder de tornar real a sua enunciação (2000: 95-96). Assim, para a maior performatividade seria essencial garantir o “controle do contexto”. Ou, por outro lado, “o melhoramento das performances realizadas contra os parceiros que constituem [o contexto] (...) poderia valer como uma espécie de legitimação. Esta seria uma legitimação pelo ato”(idem: 95-96).

Na sociedade pós-moderna, o poder necessário para a maior performatividade seria proporcional às *“informações de que se dispõe a respeito do seu referente. Assim, o crescimento do poderio e da sua auto-legitimação passa, presentemente, pela produção, memorização, acessibilidade e operacionalidade das informações”*(Lyotard, 1989: 97).

Para Lyotard, o estado presente do saber científico estaria à procura de “formas de sair da crise”, crise essa que é a do determinismo:

“O determinismo é a hipótese na qual repousa a legitimação pela performatividade: definindo-se esta por uma relação input/output, é necessário supor que o sistema no qual se faz entrar o input está no estado estável e que ele obedece a uma “trajetória” regular, da qual se pode estabelecer a função contínua e derivável que permitirá antecipar convenientemente o output. É esta a “filosofia” positivista da eficiência.”
(Lyotard, 1989: 109)

“O que está caduco não é perguntar o que é verdadeiro e o que é justo, mas a representação da ciência como positivista e condenada a esse conhecimento ilegítimo, a esse meio saber, que os idealistas alemães viam nela.”(idem: 110)

Lyotard vê a informatização das sociedades não só como instrumento de controle e de ampliação do princípio da performatividade, mas também a possibilidade intrínseca de potencializar políticas onde será *“respeitado o desejo de justiça”* – e, portanto, emancipadoras -, desde que o *“público tenha livre acesso às memórias e aos bancos de dados”*. Isso, entretanto, não é um detalhe. Na verdade, hoje, mais de vinte e cinco anos depois do texto de Lyotard, as condições de acesso à informação continuam precárias e extremamente desiguais. De fato, parece difícil compartilhar do entusiasmo de Lyotard sobre as possibilidades que a sociedade informacional abriria para a ação e transformação política – como, aliás, parece igualmente difícil compartilhar do otimismo de Hardt e Negri sobre a potência da multidão ou sobre o potencial da predominância do trabalho imaterial como fonte de libertação do trabalho da relação capitalista (Lazzarato e Negri, 2001).

Entretanto, não é isso, nem a incredulidade diante das metanarrativas, que poderia ser visto como a principal contribuição a recuperar de Lyotard, mas sua crítica ao paradigma positivista da eficiência e, na sua crítica à performatividade, uma crítica ao pragmatismo e à ênfase na eficácia e nos resultados e uma reafirmação dos critérios de justiça e verdade como princípios de legitimação.

É Lyotard, mais do que qualquer outro dos atores aqui discutidos, que nos ajuda a entender melhor as bases que orientam as políticas públicas voltadas para resultados - por quaisquer meios necessários. A consagração do critério da performatividade e a eleição da eficiência e da eficácia como normas exclusivas para a administração municipal se constituiriam em fundamentos nos quais se apóiam os discursos e práticas que têm como norma a inserção competitiva das cidades no mundo globalizado e que orientariam uma parte significativa das políticas das administrações públicas municipais. Assim, ao lado do oportunismo e do senso prático de prefeitos e gestores municipais que adaptam seus projetos e prioridades às exigências dos órgãos internacionais de financiamento do desenvolvimento urbano, haveria uma base normativa fundada em uma nova percepção do mundo que prescindia de outras ordens de justificação além daquela que possibilitaria o controle do contexto e, portanto, dos resultados.

Notas

1. Ao associar possibilidade de solidariedade com relações de proximidade, Milton Santos se aproxima da posição criticada em Borja e Castells. A insistência no “*meio geográfico local*” como proporcionador de maiores possibilidades de expressão autônoma e como fonte de resistência à homogeneização dos valores globais revela que, para Santos, há uma diferença necessária de hierarquia entre o conceito território como “*base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi*” e outras bases de interação entre as pessoas que independem do meio físico. Se é assim, certamente cabe lembrar – tendo como referência as pequenas cidades brasileiras dominadas por dinastias políticas ou as relações familiares de trabalho que se realizam como opressão ou se aproximam mesmo da escravidão - que a relação direta, sem mediação, entre pessoas, não possibilita apenas necessariamente solidariedade, mas também pode constituir o território de formas específicas, e em nada mais doces, porque tradicionais, de violência e dominação.
2. A hipótese básica de Hardt e Negri é que “*a soberania tomou nova forma, composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única. Esta nova forma global de economia é o que chamamos de Império*”(Hardt e Negri, 2001: 12).
3. Segundo Negri (2002: 40), “*o poder constituinte manifesta-se como expansão revolucionária da capacidade humana de construir história, como ato fundamental de inovação e, portanto, como procedimento absoluto*”.
4. Onde as possibilidades de transformação são construídas a partir da *multidão* (Hardt e Negri), dos *homens lentos* (Santos) ou da *classe operária* (Marx).
5. Um exemplo disso são os quadros montados por Erik Swyngedouw e Lash, S. e Urry, J. e aproveitados por David Harvey no seu *A Condição Pós-moderna* (Harvey, 1992: 165-167) com o propósito de apresentar os principais contrastes entre o fordismo e a acumulação flexível e que opõem a modernidade (fordista) e a pós-modernidade (flexível).
6. Fredric Jameson (1997), por exemplo, ao abordar as teorias sobre o pós-moderno, interroga inicialmente o próprio conceito: existiria de fato o pós-modernismo? Haveria uma “*originalidade histórica*” na cultura “pós-moderna”, uma diferença estrutural na contemporaneidade que estabelecesse uma ruptura com uma outra época, anterior, “moderna”?

Referências bibliográficas:

- ARANTES, O., MARICATO, E. & VAINER, C. A cidade do pensamento único -desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARAÚJO, F. Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza. Tese de doutorado apresentada ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia - COPPE, UFRJ, 1995.
- BORJA, Jordi & CASTELLS, Manuel. Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Editora Santillana, S.A. Taurus, 1997. Colabora na edição: United Nations for Human Settlements / UNCHS (Habitat).
- BOURDIEU, Pierre. Contrafogos 2: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. O poder simbólico. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.
- CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume I Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FIORI, José Luís. “Sistema mundial: império e pauperização. Para retomar o pensamento crítico latino-americano”. In: FIORI, J.L. & MEDEIROS (organizadores). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, David – A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- JAMESON, Frederic. Pós-Modernismo. *A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: D, P & A, 2001.
- LYOTARD, J. F. A condição pós-moderna. Lisboa: Editora Gradiva, 1989.
- MARICATO, Erminia. Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

- NEGRI, Antonio. O Poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: D, P & A, 2002.
- OLIVEIRA, F.L. Competitividade e pragmatismo no Rio de Janeiro: a difusão de novas práticas de planejamento e gestão das cidades na virada do século. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.
- _____. “A metáfora cidade-empresa no planejamento estratégico de cidades”. Cadernos IPPUR. Vol. XIV, jan/jul.1999. Ed.: IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 1999a.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SASSEN, Saskia. “As cidades na economia global”. Cadernos de Urbanismo. Rio de Janeiro: PCRJ, SMU, Ano I, No 1, 1999.
- SASSEN, Saskia. Cities in a world economy. London, Pine Forge Press, 1994.
- SWYNGEDOUW, Erik. “Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale”; In: COX, K. (ed.). Spaces of Globalization. Reasserting the power of the local. New York/London: The Guilford Press, 1997.
- VAINER, Carlos B. “As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?”. ANAIS do IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.